

GUARDA MUNICIPAL É RETA FINAL



PREFEITURA DE
CAMARAGÃO



**DIREITO
ADM**

com

Viviane Maia

**PROCESSUAL
PENAL**

com

Jean Wallney



Terça-feira (11)
às 20h

 **YouTube**

Lives no Youtube
Isaquel Silva/EP


LINHA DE CHEGADA / GUARDA CAMARAGIBE (10/6)
PROFª VIVIANE MAIA | CONSTITUCIONAL

1. Acerca do conceito e das acepções de Constituição, analise e julgue a seguinte afirmativa: Carl Schmitt, em seus estudos, revelou que os fundamentos sociológicos das constituições são os fatores reais de poder.
2. A respeito da classificação das constituições, julgue o item que se segue. São consideradas analíticas ou prolixas as constituições extensas, que não se limitam a tratar de conteúdos materialmente constitucionais, sendo exemplo desse gênero a Constituição Federal de 1988.
3. A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen procurava afastar a ciência jurídica de todo juízo de ordem moral.
4. A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item a seguir. A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.
5. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item que se segue, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais. Ao estrangeiro não residente no território nacional é vedado beneficiar-se da impetração de habeas corpus que objetive proteger sua liberdade de locomoção.
6. Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais. Ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público pode ser proposta por qualquer cidadão.
7. Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais. A CF assegura expressamente a todos os brasileiros o direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda.
8. Um cidadão de Cachoeiro de Itapemirim se dirigiu a uma unidade básica de saúde (UBS) desse município para solicitar informações relativas a sua pessoa, de interesse unicamente particular, constantes do banco de dados daquele órgão público. A partir da situação hipotética precedente, à luz dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, julgue o seguinte item. Na UBS, deverão ser prestadas as informações solicitadas, ainda que não sejam de interesse coletivo ou geral, ressalvadas eventuais informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
9. Com base no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil, julgue o item que se segue. A Constituição Federal de 1988 é silente quanto ao trabalho infantil no Brasil, razão por que tal matéria é submetida às disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas.
10. Em relação aos direitos sociais e à nacionalidade, constantes na Constituição Federal de 1988, julgue o item. Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, poderão ser brasileiros naturalizados, desde que requeira a naturalização.
11. A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, dos partidos políticos e da organização do Estado, julgue o item a seguir de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF). A CF assegura aos partidos políticos autonomia para sua organização interna, inclusive para adotar os critérios próprios de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada, contudo, a celebração de coligações nas eleições proporcionais.
12. Julgue o item subsequente. Conforme a Constituição Federal, o voto direto, secreto, universal e periódico é facultativo para todos os cidadãos brasileiros, sendo uma forma de garantir a liberdade de escolha e a participação política de cada indivíduo no processo eleitoral.
13. Julgue o item que se segue. A garantia dos direitos sociais no Brasil, estabelecida pela Constituição de 1988, exclui os estrangeiros não residentes, aplicando-se apenas aos cidadãos brasileiros natos ou naturalizados.
14. Julgue o item subsequente. O Município será regido por lei orgânica, votada em dois turnos e demais requisitos previstos na Carta Magna de 1988.
15. Acerca de ciência, tecnologia e inovação na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente. É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à ciência, à tecnologia e à inovação, sendo, no entanto, de competência privativa da União legislar sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
16. Segundo a CF/88, compete à União permitir, nos casos determinados por lei ordinária, que forças estrangeiras transitem no território nacional.
17. Quanto ao Estado, ao governo e à Administração Pública, julgue o item. Constitui função típica do chefe do Poder Executivo a edição de medidas provisórias.
18. I No âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, cujos membros são eleitos segundo o princípio majoritário, para mandato de quatro anos.


LINHA DE CHEGADA / GUARDA CAMARAGIBE (11/6)
PROFª VIVIANE MAIA | ADMINISTRATIVO

1. Julgue o item subsequente.
Segundo a doutrina, a taxionomia do Direito Administrativo é de direito público.
2. Quanto às fontes do direito administrativo, julgue o item abaixo:
A jurisprudência como fonte do direito administrativo deve ser, em geral, entendida como um conjunto de decisões judiciais em sentido convergente e, no caso de mudança de entendimento, em geral, não deve se aplicar a situações consolidadas.
3. Segundo a teoria clássica da administração pública, o Estado e a administração pública são conceitos idênticos, e não há distinção entre eles em termos de funções e objetivos.
4. Julgue o item a seguir, acerca de aspectos referentes a Estado, governo e administração pública.
Administração pública, em sentido subjetivo, designa a própria atividade exercida pelos órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a função administrativa.
5. Em sentido formal, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, tais como pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.
6. À luz dos aspectos relacionados à organização administrativa da União, notadamente a respeito da Administração Direta e da administração indireta, julgue o item.
A criação das entidades integrantes da administração pública indireta prescinde de lei, podendo ser concebida mediante vontade unilateral da Administração Direta.
7. Em relação à Administração Direta e à administração indireta, em especial as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, julgue o item.
A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida somente por meio das empresas públicas
8. A Administração Pública Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado. Ainda, quanto à classificação dos órgãos, segundo posição estatal podem ser: independentes quando se originam na Constituição; autônomos, se participam das tomadas de decisão do governo; superiores, compostos de órgãos de comando e direção, não possuidores de autonomia administrativa e financeira e que executam, planejam e buscam soluções técnicas; ou subalternos, subordinados aos órgãos superiores com função de execução.
9. Na descentralização da administração pública, há a criação de órgão, mantendo-se a relação hierárquica; na desconcentração, há a criação de entidade com personalidade jurídica própria.
10. As sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a uma entidade da administração indireta.
11. Julgue o item subsequente, pertinente à administração direta e indireta e a atos administrativos. Em um município, a prefeitura e a câmara municipal integram a administração direta.
12. Considerando-se as normas do Código Civil e a doutrina de direito administrativo, é correto afirmar que são exemplos de bens públicos de uso comum do povo as escolas públicas, os postos de saúde e o prédio da prefeitura.
13. Julgue o próximo item, acerca dos bens públicos.
Embora não sejam considerados, em regra, bens públicos, os bens das fundações públicas de direito privado podem ser sujeitos a regras de direito público, como a impenhorabilidade, o que ocorre, por exemplo, quando os referidos bens são empregados de maneira direta na prestação de serviços públicos, visando à garantia do princípio da continuidade dos serviços públicos.
14. Julgue o item subsequente. A função pública exige imparcialidade e objetividade por parte dos servidores, que devem tomar decisões baseadas no interesse público, sem favorecer interesses pessoais ou de terceiros.
15. A responsabilização administrativa de servidor, mediante processo administrativo disciplinar, não exclui a possibilidade de ele ser punido também na esfera criminal pela mesma conduta.
16. Acerca de disposições gerais pertinentes aos servidores públicos, julgue o item que se segue. Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social.
17. Com relação a agentes públicos, espécies e classificações, julgue o item. O presidente da República é considerado um servidor público em sentido amplo, ainda que tenha vínculo temporário com a Administração Pública.
18. O servidor público estável apenas perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
19. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, dispõe que informações pessoais relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas terão seu acesso restrito por um período de até 100 anos para proteger a privacidade dos indivíduos.
20. A Lei de Acesso à Informação permite que qualquer pessoa solicite informações públicas, independentemente de justificar o motivo da solicitação.


LINHA DE CHEGADA / GUARDA CAMARAGIBE (11/6)
PROFº JEAN WALLNEY | PROCESSUAL PENAL
1. Julgue o item seguinte.

O princípio da ampla defesa e do contraditório é amplamente aplicável ao inquérito policial, uma vez que este é procedimento meramente administrativo.

() VERDADEIRO () FALSO

2. Julgue o item seguinte.

Uma das principais características do inquérito policial é a sua indisponibilidade, não podendo a autoridade policial proceder ao seu arquivamento, ainda que o fato apurado não configure crime.

() VERDADEIRO () FALSO

3. Julgue o item seguinte.

O inquérito policial, considerado um procedimento administrativo, iniciado e conduzido pela autoridade policial por iniciativa própria, independentemente de provocação de eventuais interessados ou de autorização judicial, essa é a característica da oficialidade.

() VERDADEIRO () FALSO

4. Julgue o item seguinte.

Nos casos de crimes processados mediante ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou do Ministério Público.

() VERDADEIRO () FALSO

5. Julgue o item seguinte.

Para verificar a possibilidade de uma infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial só poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, após autorização judicial.

() VERDADEIRO () FALSO

6. Julgue o item seguinte.

Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.

() VERDADEIRO () FALSO

7. Julgue o item seguinte.

O inquérito é procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia.

() VERDADEIRO () FALSO

8. Julgue o item seguinte.

O inquérito não poderá ser iniciado sem representação nos casos de crimes em que a cabível ação pública depender de representação.

() VERDADEIRO () FALSO

9. Julgue o item seguinte.

Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

() VERDADEIRO () FALSO

10. Julgue o item seguinte.

Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

() VERDADEIRO () FALSO

11. Julgue o item seguinte.

É vedado o sigilo no inquérito policial.

() VERDADEIRO () FALSO

12. Julgue o item seguinte.

O Ministério Público não poderá, em nenhuma hipótese, requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.

() VERDADEIRO () FALSO

13. Julgue o item seguinte.

Em consonância com o Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar que, tratando de preso preventivamente, contado o prazo a partir do dia em que se executa a ordem de prisão, o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias.

() VERDADEIRO () FALSO

14. Julgue o item seguinte.

Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.

() VERDADEIRO () FALSO

15. Julgue o item seguinte.

O inquérito policial é nulo se não observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

() VERDADEIRO () FALSO

16. Julgue o item seguinte.

Quando a equipe pericial examina o local do crime com morte, deve, antes de mais nada, fotografar o cadáver na posição em que foi encontrado.

() VERDADEIRO () FALSO

17. Julgue o item seguinte.

O Termo Circunstanciando de Ocorrência (TCO) Documento a ser lavrado pela autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de infração penal de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência, para imediatamente encaminhar ao Juizado.

() VERDADEIRO () FALSO

18. Julgue o item a seguir.

Qualquer do povo pode prender uma pessoa que esteja cometendo um assalto e em flagrante delito.

() VERDADEIRO () FALSO

19. Julgue o item a seguir.

Em regra, a lavratura do auto de prisão em flagrante é atribuição da autoridade policial da localidade onde foi realizada a prisão, independentemente do local onde tenha sido consumado o delito.

() VERDADEIRO () FALSO

20. Julgue o item a seguir.

Aquele que for preso de forma ilegal terá a prisão relaxada imediatamente pela autoridade judicial.

() VERDADEIRO () FALSO

21. Julgue o item a seguir.

As audiências de custódia devem ser feitas em todas as modalidades de prisão, o que alcança, também, a prisão temporária.

() VERDADEIRO () FALSO

22. Julgue o item a seguir.

A prisão temporária poderá ser decretada somente em determinados crimes, não abrangendo toda e qualquer infração penal.

() VERDADEIRO () FALSO

23. Julgue o item a seguir.

Cabe prisão temporária quando esta for imprescindível para as investigações do inquérito policial, ou quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, bem como quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes que a lei lista, entre eles o de estelionato.

() VERDADEIRO () FALSO

**24.** Julgue o item a seguir.

A gravidade abstrata do crime serve à fundamentação da prisão preventiva, segundo entendimento assente nos tribunais superiores.

() VERDADEIRO () FALSO

25. Julgue o item a seguir.

Em regra, não se admite a decretação de prisão preventiva em caso de acusação pela prática de crimes culposos.

() VERDADEIRO () FALSO

26. Julgue o item a seguir.

No flagrante próprio, o agente é flagrado no momento da execução do delito, enquanto no flagrante impróprio o agente é encontrado logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

() VERDADEIRO () FALSO

27. Julgue o item a seguir.

Em regra, o prazo para a prisão temporária é de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco dias, quando necessário. No entanto, em caso de crimes considerados hediondos, o prazo da prisão temporária é de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

() VERDADEIRO () FALSO

28. Julgue o item a seguir.

A lei processual permite a qualquer pessoa do povo, inclusive à vítima do crime, prender aquele que for encontrado em flagrante delito. Essa possibilidade legal é denominada flagrante facultativo.

() VERDADEIRO () FALSO

29. Julgue o item a seguir.

A falta de testemunhas da infração obsta que se lavre o auto de prisão em flagrante, salvo se existirem testemunhas da apresentação do preso à autoridade, que, juntamente com o condutor, deverão assinar o auto de prisão.

() VERDADEIRO () FALSO

30. Julgue o item a seguir.

A situação de flagrância pode se estender por mais de 24 horas se o agente, após cometer infração penal, for perseguido ininterruptamente pela autoridade policial.

() VERDADEIRO () FALSO

ANUNCIANDO DE VÉSPERA GUARDA CAMARAGIBE-PE



15 de junho



8h às 17h30



Auditório da FAFIRE



estoupreparado.com.br